

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

RETRATOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: A TRAJETÓRIA DA SUA HISTÓRICA DEPENDÊNCIA

Cristiane Luíza Sabino de Souza¹
Roberta Traspadini²
Clara Martins do Nascimento³

RESUMO

Este artigo traz a análise de alguns elementos do panorama recente da educação no Brasil, a partir da recuperação do processo histórico de sua constituição formal, articulado aos interesses das classes dominantes internas e externas e ao desenvolvimento dependente. Metodologicamente, elaboramos um retrato do sistema educacional brasileiro a partir dos Censos da Educação Básica e da Educação Superior, levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dentre outros, analisados à luz do pensamento crítico latino-americano. Assim, no retrato da educação brasileira, aparece a essência da desigualdade manifesta pelos condenados da terra de ontem e hoje e relegados pelo Estado no que diz respeito a um direito real e digno à educação e à cidadania.

Palavras-chave: Educação brasileira; superexploração; Dependência

ABSTRACT

The present article aims to discuss some elements of the current panorama of education in Brazil, based on the recovery of the historical process of its formal constitution, articulated to the interests of the internal and external dominant classes and to the dependent development. Methodologically, we have elaborated a portrait of the Brazilian educational system based on the Basic and Higher Education Censuses, surveys from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), among others, analyzed within the Latin American critical thought. Thus, in the portrait of Brazilian education, appears the essence of inequality manifested by the convicts of the land of yesterday and today and relegated by the State with respect to a real and dignified right to education and the right to citizenship

Keywords: Brazilian education; superexploitation; Dependency

¹ Doutora em Serviço Social pela UFSC. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Membro do IELA/UFSC. Email: crisabino1@gmail.com

² Doutora em Educação pela UFMG. Professora Adjunto 2 do curso de Relações Internacionais e Integração da UNILA; Educadora popular; Coordenadora dos grupos: Saberes em movimento (UNILA); Observatório de Educação Popular e Movimentos Sociais na A.L. (OBEPAL-UFES). Email: robertatraspadini@gmail.com

³ Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC e Doutora em Comunicação pela Universidade de Cádiz/Espanha. Professora adjunta do Curso de Serviço Social da Universidade de Pernambuco/UPE, Campus Mata Sul. Recife-Pernambuco-Brasil, clara.martins@upe.br

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

A educação pública brasileira segue as trilhas do capitalismo dependente e é determinada pelos processos contraditórios que o constitui (MARINI, 2005;1977). Nesses, sob a conformação de um Estado nacional que obedece a lógica do que é o Estado burguês, mas apresenta características particulares (CUEVA, 1983), próprias da condição estrutural de dependência, se consolida um modelo formal-institucional de educação que restringe o popular – entendido como o interesse das classes subalternas e reflexo das suas demandas históricas - à mera reprodução histórica da desigualdade econômica, política, social e cultural. O que se sobrepõe é a lógica de uma educação restrita e castradora, necessária ao projeto de dominação.

Em momentos de excepcionalidade, como o da pandemia de Covid19, assistimos ao avanço dos grandes conglomerados tecnológicos, regidos pelo capital financeiro sobre a educação, por meio da oferta de pacotes prontos da mercadoria-educação, restrita ao tecnicismo e subordinada aos interesses dominantes; acentua-se o assédio da privatização do meio educacional, mecanismo de apropriação de riqueza pelo capital financeiro. Por outro lado, vemos projeções estatísticas de maior evasão e dificuldades para grande parte dos/as estudantes se manterem inseridos na educação formal. Destes/as, a parcela negra e pobre, é a mais atingida, engrossando, no somatório das históricas desigualdades, a exclusão do acesso e permanência no sistema de educação.

Mas a tragédia que se abre nesses momentos excepcionais não se funda nele mesmo e, tampouco, se restringe a ele. Assim, compreender a educação em tempos de crise pressupõe não perder de vista as repercussões que as raízes históricas demarcadoras da presença colonial ainda ocupam na cotidianidade da classe trabalhadora. E síntese disso é a reiteração do racismo, do sexismo, associados ao monopólio da terra e dos recursos naturais; e, não menos, da hegemonia de um processo ideológico de dominação, no qual o sistema educacional exerce papel fundamental.

PROMOÇÃO



APOIO

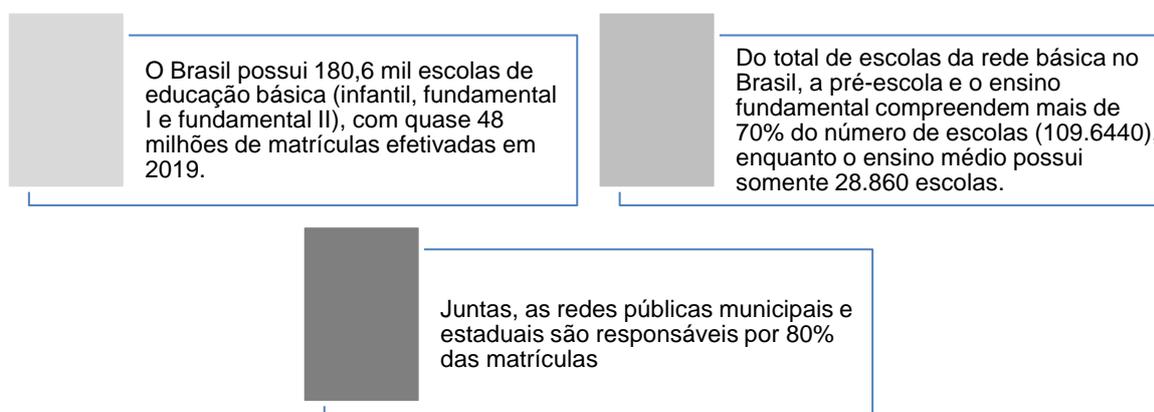


O objetivo deste artigo é discutir alguns elementos sobre o panorama recente da educação no Brasil, a partir da recuperação do processo histórico de sua constituição formal (1822) articulado aos interesses das classes dominantes internas e externas e ao desenvolvimento dependente. Metodologicamente, elaboramos um retrato do sistema educacional brasileiro a partir de dados do Censo da Educação Básica (BRASIL, 2019) e do Censo da Educação superior (BRASIL, 2019) - recorrendo também a levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dentre outros – analisando estes dados com o aporte do pensamento crítico latino- americano, especialmente a categoria superexploração⁴, na concepção de Marini (2005). Assim, no retrato da educação brasileira, aparece a essência da desigualdade manifesta pelos condenados da terra de ontem e hoje e relegados pelo Estado no que diz respeito a um direito real e digno.

2 O Retrato da educação básica brasileira

O panorama da atual estrutura da educação básica brasileira nos dá pistas dos elementos constitutivos da condição estrutural de superexploração:

Figura 1- A educação básica brasileira



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (BRASIL,2019)

⁴ Categoria que demarca a característica própria do capitalismo dependente subordinado e refém das condições imperialistas.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Quando se trata de ensino médio, os dados supramencionados sobre o número total de escolas nos levam a constatar que, à medida que avançam os anos de estudo, restringe-se o acesso à educação formal. Quais os desdobramentos desta dinâmica na realidade educacional brasileira? A nosso ver, um subsídio importante para a reflexão das distorções séries-idades é a demarcação da educação profissional e Educação de Jovens e Adultos (EJA) como mecanismos substitutos da educação regular. Na contracorrente da redução de matrículas do ensino regular, segundo o IBGE (2018), o ensino profissional se expressou da seguinte forma: cresceu 28.3% chegando a um total de 623 mil matrículas.

A análise do perfil dos estudantes da EJA explicita a demarcação de raça, classe e gênero no acesso à educação formal regular, uma vez que pretos e pardos correspondem a 75,8% no ensino fundamental e 67,8% no ensino médio (BRASIL, 2019). Nesta modalidade (EJA), merece ênfase a reflexão sobre o número de estudantes com menos de 20 anos (mais de 1 milhão de jovens matriculados), o que revela a primazia da venda da força de trabalho sobre o direito à educação regular, que se impõe à juventude negra e pobre. E, também sobre as mulheres, que dentre matriculadas na EJA têm, majoritariamente, mais de 30 anos e estão no ensino fundamental.

Ainda sobre a taxa de distorção idade-série, a mesma é elevada tanto no fundamental como no ensino médio, 23,4% e 26,2% respectivamente. Destaque para a acentuada deserção, diferença temporal em termos de gênero que, por exemplo, no primeiro ano do ensino médio chega a uma distorção de 34,9%. A denúncia real de que educação só é prioridade se a sobrevivência estiver mantida. Ainda assim, o trabalho, formal e informal, legal ou ilegal, a depender dos marcos formais da análise, vem em primeiro lugar no âmbito das famílias que utilizam essa política pública por necessidade.

No âmbito do trabalho na educação básica, atuam 2.2 milhões de docentes com uma formação educacional que varia entre ensino médio inconcluso a ensino

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

superior concluído nas áreas de licenciatura e bacharelado. Neste âmbito, tem predominado a política pública da precarização do trabalho, com contratações temporárias em substituição aos concursos públicos; ausência de uma política concreta de formação de formadores nas áreas e na interdisciplinaridade e, não menos importante, a tendência aos e às docentes terem mais de um trabalho, cortando as cidades, como forma de garantir um nível salarial suficiente para cobrir o plano de sua sobrevivência familiar (BRASIL, 2019).

A educação básica brasileira é um exemplo concreto da superexploração da força de trabalho em um duplo sentido: 1) tanto no trabalho docente sem decência pelos órgãos públicos, cuja efetivação da política é a de subestimação do papel da educação na vida cotidiana dos sujeitos (salários pagos abaixo do valor da reposição básica das energias físicas e psíquicas gastas em uma jornada laboral de trabalho); 2) como na educação discente para a precarização das condições futuras de trabalho (currículo alijado das condições de vida concretas, priorização de conteúdos que não dialogam com a realidade, relação de educação formal que não toma em conta os sujeitos, suas vidas nos territórios e a potência de comunicação e expressão presentes no ambiente escolar).

A nota técnica do DIEESE 141 (2014), *Transformações recentes no perfil do docente das escolas estaduais e municipais de educação básica*, evidencia a precarização. A partir do estudo das tabelas, 7, 8 e 10 do presente estudo constatamos que: 32% do corpo docente trabalhava uma jornada de 20 a 25h semanais, enquanto 46,8% trabalhavam de 36 a mais de 40h semanais. O rendimento real médio do país expõe as veias abertas derramadoras de sangue e suor na educação básica brasileira: a média do Brasil foi de R\$1.762,23. As regiões Norte e Nordeste ficaram abaixo desta média, e Sudeste, Sul e Centro-Oeste, acima. A renda média dos professores estaduais e municipais em relação às demais profissões é 50% inferior na docência estadual e 83,8% inferior no plano municipal. Ou seja, a profissão exige que os profissionais encontrem outras funções para complementar suas rendas, seja no setor educativo ou fora dele. Nos termos de Florestan Fernandes:

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O professor que perde prestígio como profissional, perde renda e também perde tempo para adquirir cultura e melhorá-la, a fim de ser um cidadão ativo e exigente. Existem problemas ainda mais complexos, que dizem respeito às relações entre o Brasil e outras sociedades capitalistas, por exemplo, a dominação imperialista da Europa avançada, dos Estados Unidos e do Japão, sobre o Brasil. Ou ainda o fato de nós termos ganho uma comissão MEC-Usaid, que acabou calibrando toda a reordenação jurídica de nosso sistema educacional. É notória a introdução de concepções que degradam e subestimam o ensino público, enaltecendo o ensino privado e que acabam por fortalecer a ideia de que a educação, para ser responsável, precisa ser sobretudo uma mercadoria (FERNANDES, 2010, p. 134)

A precarização do trabalho na economia brasileira tem desdobramentos particulares sobre os profissionais da educação na rede básica, cujas carreiras há muito perderam a estabilidade, e grande parte atua com contratos temporários e incertos. Uma condição indigna, cruel e violenta que definirá a escola como espaço de desabrigo, convulsões, mutilações e adoecimentos diversos (HOOKS, 2013; TRASPADINI, 2020), condições sob a qual o potencial da educação se restringe ainda mais.

O adoecimento social tem reflexos duros sobre o ambiente de trabalho e familiar. Na educação isto é ainda mais duro, uma vez que relata, na condição periférica de uma economia condicionada pela lógica reprodutora dos imperialismos de plantão, uma cópia cujos resultados serão os da exclusão, do abandono, do sentimento de impotência e desimportância da educação. Ao pensarmos os desafios da educação brasileira, vale destacar:

a própria correlação entre a atividade do professor, numa sociedade subdesenvolvida, e o caráter político do que ele faz e do que deixa de fazer. E dentre as sociedades subdesenvolvidas, o Brasil se apresenta com características peculiares, por ser uma sociedade com desenvolvimento desigual muito forte e, portanto, por apresentar contrastes e contradições muito violentos. (FERNANDES, 2010, p.120)

Entre os contrastes, destacamos a intensa e extensiva jornada de trabalho (mais valia absoluta e condicionada à expansão da mais valia relativa) no contexto em que a educação passa a ser mercadoria, e o trabalho na educação, produtor de mais valia. A associação da educação como meio para ascensão social, como mero

PROMOÇÃO



APOIO

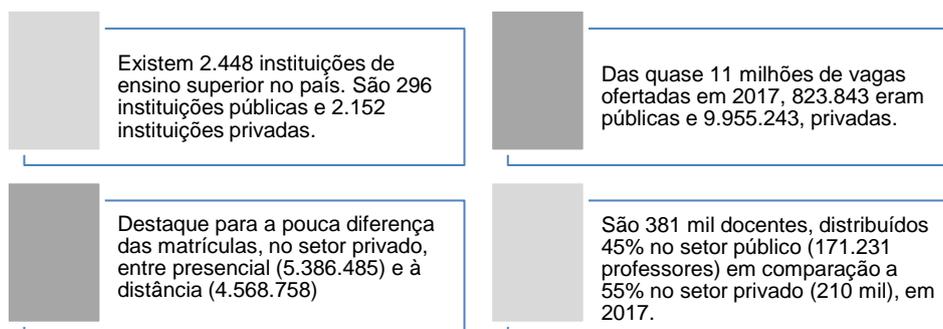


instrumento de qualificação para a inserção no mercado de trabalho – cada vez mais restrito e comandado pela superexploração – reflete, num país desigual, que imobiliza grande parcela da sua população, em particular pobre e negra, nas margens da democracia burguesa, do acesso a direitos e ao trabalho, o sentido da educação se esvazia face a necessidade da imediata sobrevivência. Tanto no plano discente – na projeção de um mercado de trabalho presente/futuro, quanto no plano docente - o mercado de trabalho condicionado à opressão e à superexploração, dão a tônica da educação no capitalismo dependente (TRASPADINI, 2016; 2018). Assim, temos uma sociedade onde o acesso restrito ou a condição contínua de evasão da juventude à educação, expressa o sentido que ela ocupa na dinâmica da produção e reprodução social.

2.1 O abismo entre a classe trabalhadora e a universidade

À diferença do que ocorre na educação básica, com supremacia da esfera pública municipal e estadual, no ensino superior, a predominância no número de instituições e matrículas é do ensino privado. Conforme o Censo da Educação Superior (2019):

Figura 2- A educação superior brasileira



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (BRASIL,2019)

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Tais dados nos colocam diante de um paradoxo: se a educação privada, retém o maior número de matrículas do ensino superior, o número de docentes deveria ser muito maior. Nesse sentido, mais uma vez a mercantilização da educação expõe os vínculos com a superexploração da força de trabalho no ensino superior privado. Isto, somado ao aumento contínuo da educação à distância, revela a faceta contemporânea de um modelo educativo centrado em uma perigosa ideia de autonomia que anuncia a morte dos encontros, da centralidade da educação pública e de qualidade e revela, nos ultrajantes movimentos de propaganda sobre a mercadoria educação, o “bom negócio” do financiamento educativo em diversas carreiras.

Na ofensiva da cartada do lucro, o capital joga os trabalhadores, em geral, e os trabalhadores da educação em particular, contra o serviço público. Avançam no discurso perverso de que educação pública é sinônimo de regalia, sem explicitar o sentido técnico e intelectual da produção de ciência e tecnologia no Brasil. Essa fratura, do não reconhecimento da educação pública e de qualidade como referência social, adere-se à trajetória histórica da narrativa dominante e de seu pavor de uma universidade pública que não sirva aos seus interesses de reprodução ampliada da lógica imperialista.

Quanto à qualificação profissional, nas universidades públicas 70% do corpo docente é constituído por doutores. No setor privado, apenas 32% possuem título de doutores. Isto, somado à ausência de qualificação profissional e o aumento da precarização em todos os níveis, revela a dificuldade de melhora neste índice. É a tirania do modelo horista com pacote tecnológico EAD e sistemas de apostilas. Tendência na qual os últimos governos, do Golpe de 2016 em diante, parceiros diretos da lógica do grande capital, têm insistido na centralidade desse “novo tempo educativo”. Como toda tessitura de Golpes, sejam civis ou militares, o que está de fato em questão é o remanejamento da educação pública como direito de todos e dever do Estado, para a lógica mercantil do negócio da educação (TRASPADINI, 2018).

PROMOÇÃO



APOIO



Já nos anos 2000, o educador Roberto Leher (2016), chamou atenção novamente para o tenebroso cenário da mercantilização dos direitos no Brasil, via ofensiva do conservadorismo neodesenvolvimentista, apontando com as contrarreformas, o congelamento de gastos públicos sociais e os enormes ataques às parcas conquistas da classe trabalhadora expressam a prevalência dos interesses das grandes corporações. Diante disso, a educação brasileira retrata um emaranhado de desigualdades inerentes ao seu movimento estruturalmente injusto, propagado pelo Estado moderno de direito na sua faceta dependente. Seja no acesso, na permanência, na dificuldade dos encontros entre docentes e destes com os/as discentes, em meio à intensificação da sujeição à superexploração da força de trabalho e às múltiplas opressões que a sustentam. A educação formal brasileira apresenta-nos, assim, um retrato das históricas mazelas constituídas e não superadas ao longo de nossa formação histórica e social.

Figura 3 – O retrato ampliado da educação brasileira

A peneira sócio racial, fruto do desenvolvimento capitalista dependente, racista e excludente, é substituída pelo funil que, com uma aparente ideia de democratização do acesso, explicita, no processo de cursar e concluir a formação, o sentido de educação pública “superior” para quem e para quem.



Fonte: elaboração própria

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Em síntese, o retrato ampliado desse processo define, quando tratamos da educação superior, que chegar nela, fato muito embarreirado, é uma condição de classe e de raça no Brasil. E que chegar, não significa permanecer e concluir. O que é bastante expressivo na educação básica, uma educação voltada para a exclusão de encontros no ambiente escolar, mediada pelo plano da sobrevivência, intensifica-se no ensino superior.

Contudo, houve, nas primeiras décadas dos anos 2000, uma contraditória, disputada e limitada, ampliação do acesso à educação superior, expressa em dois processos: O Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI)⁵ de 2007; e a Lei 12.711/2012⁶, conhecida como “lei das cotas”. Ambos com a intenção de corrigir os desvios históricos sobre o acesso, o que, infelizmente, está longe de acontecer: o Censo da Educação Superior de 2018, apontou que apenas 21,7% dos jovens em idade universitária (de 18 a 24 anos) estavam matriculados em algum curso universitário em rede pública ou privada (BRASIL, 2019). Dentre as contradições desses processos de expansão estão a inexistência de perspectiva de universalização do acesso, num processo que prioriza a transferência de recursos públicos para a rede privada, com programas de financiamento estudantil, em contraposição a uma ampliação dos recursos para a expansão da rede pública.

No âmbito das políticas de ação afirmativas para o ingresso de negros e indígenas na universidade, contida na Lei 12.711/2012, vale ressaltar que elas são fruto, em grande medida, das pressões dos Movimentos Negros no Brasil e das lutas dos povos indígenas, que sempre tiveram o acesso à educação como uma de suas principais pautas. O racismo estrutural no Brasil, ao organizar as relações sociais

⁵ Foi instituído pelo Decreto Presidencial 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de dar às instituições condições de expandir o acesso e garantir condições de permanência no Ensino Superior.

⁶ De acordo com essa lei, as vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) serão subdivididas — metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário-mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

desiguais, reflete o processo histórico de exclusão da população negra e indígena do sistema educacional, bem como a sua imobilização no mercado de trabalho (SOUZA, 2020). Assim, por mais limitadas que possam ser, as políticas de ação afirmativa, que visam alterar esse histórico, são um ganho importante. Em termos analíticos, o que deve se destacar é que entre as disputas pelo acesso e as contradições que emanam da sua realização, estão os elementos que explicitam os interesses dominantes sobre o sistema de educação. Como afirma Nascimento, 2013, p.42:

[...]os aparelhos burocráticos certamente recolhem as demandas populares de reforma, mas só as satisfazem após “selecioná-las” e “conciliá-las” com as demandas de outros setores e de torná-las, assim, compatíveis, em última instância, com os interesses da reprodução do capital.

As expressões das contradições, no marco do restrito acesso, no que tange às condições de permanência e conclusão são as que explicitam o afunilamento e seletividade na concretização da política. Nessas, os critérios de entrada de pessoas negras e indígenas, dão passo às políticas afirmativas em geral, não havendo uma política de permanência específica para os estudantes cotistas. Constitui-se, assim, um processo que contribui para destruir e apagar o sentido da política de ação afirmativa para o ingresso desses sujeitos nas universidades e para instituir uma seletividade meritocrática, vinculada à produtividade e desempenho estudantil; desembocando na mesma definição, histórica, da universidade pública brasileira como lugar para poucos, sem diversidade de classes, de raças e etnias, para a manutenção do domínio do capital sobre o trabalho.

Os elementos destacados acima mostram que o “funil” que se apresenta no sistema educacional brasileiro, expressa, não apenas, a histórica marginalização de grande parte da classe trabalhadora, em particular, negros e indígenas, do acesso à educação, como, também, uma intencional padronização esquemática de saberes cristalizados na ordem hegemônica.

3 CONCLUSÃO

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Buscamos neste breve escrito evidenciar os dilemas e contradições da educação brasileira. Em que pese os recentes avanços no sentido da sua ampliação, com uma aparente democratização, uma análise mais minuciosa dos dados explicita as lacunas e limites de um sistema de educação que se desenvolve atrelado aos interesses dominantes no capitalismo dependente. Ao ter como primazia cumprir a função ideológica e internalizar a cultura e preceitos colonialistas, sua mutilação e esvaziamento tornam-se incontroláveis no âmbito do projeto burguês dependente. De modo que, toda a atenção dada ao sistema de educação volta, não, apenas, para reforçar aquela primazia, mas para extrair, a partir da educação-mercadoria, parte da riqueza social, tendência já apontada por Marini e Speller (1977).

A análise dos dados e argumentos apresentados ao longo do artigo, situada historicamente, explicita as tendências da educação pública brasileira, forjada no movimento de urbanização, industrialização e conformação do Estado nacional ao longo do século XX, dando ênfase, sobretudo, ao período de desenvolvimento industrial dos anos 1930 adiante. Sua força motriz está diretamente associada à condição internacional cumprida pelo Brasil na divisão internacional do trabalho: economia primário exportadora fundamental para a dinâmica de produção e reprodução do capital (MARINI, 2005).

É na relação imperialismo-dependência (DOS SANTOS, 1978), em suas diferentes fases de articulação coordenada de forma antagônica e dialética, desde fora pelos capitais transnacionais-financeiros e, desde dentro, pelos representantes e aliados a estes grandes capitais (oligarquia agrária, burguesia industrial e agronegócio), que devemos buscar as pistas históricas das nossas atrofias sociais referentes à estrutura e a cultura educacional brasileiras. Dessa trama, o século XX nasce num novo contexto, mediado por velhas práticas racistas, patriarcais e neocoloniais (SOUZA, 2020; TRASPADINI, 2016).

À dinâmica da dependência, se vinculou historicamente a consolidação da estrutura e cultura educacional, acompanhada por reformas deformadoras de qualquer perspectiva de uma educação incluyente e capaz de atender aos interesses

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



dos sujeitos que constroem a Nação. A internalização colonialista do conhecimento forjado desde os interesses centrais, desenha as bases epistemológicas da universidade brasileira, cujos intelectuais reproduzirão largamente as ideias importadas e pouco se voltarão para a produção de um conhecimento próprio, ancorado nos interesses nacionais (exatamente porque são os interesses dominantes os que são apresentados como de toda a Nação) (FERNANDES, 1975).

Face à crise econômica do capital, o estremecimento do imperialismo e os limites, cada vez mais próximos, da depredação social e ambiental capitalista, o reforço na dominação ideológica se dá de forma voraz, assim como a transformação de cada nicho da vida social em mercadoria.

Períodos de excepcionalidade, como o da pandemia do covid-19, revelam o caráter histórico da apropriação privada da educação pública em todos os âmbitos. É na excepcionalidade que o acirramento do desmonte tende a se efetivar a partir das reformas estruturadas pelo capital, via seus representantes formais no âmbito político. Entre a peneira e o funil, a educação brasileira, em todos os três graus, revela seu caráter excludente, ou includente para a superexploração. A anunciada tragédia da vida cotidiana para parte expressiva da população brasileira, quando chega na escola, se depara com uma realidade que a expulsa, reprova ou anula como ser social. Eis a tessitura histórico social que a conjuntura tende a acirrar. Se conseguiremos, somente o livro aberto da história nos mostrará.

Porém, à luz das experiências históricas das educações não formais produzidas pelos povos indígenas, quilombolas e camponeses, repensar a educação inclusiva e emancipadora, requer desenredar o nó histórico da superexploração em que está submetido o popular enquanto universo diverso e plural da classe trabalhadora. Sem repensar a política de desenvolvimento dentro da ordem, e reestruturar um projeto de sociedade em que a desigualdade seja de fato combatida, no campo e na cidade, na educação e nas demais políticas públicas, o popular seguirá sendo relegado à lógica da superexploração e das opressões que a acompanham. A educação popular pode e deve ser o motor de um projeto nacional de fato democrático

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

em que as os grupos até então excluídos ou subordinados à lógica formal, tenham direito à memória, à história e ao protagonismo de um outro sentido de educação e Nação para além do capital.

REFERÊNCIAS

BRASIL (2020). Censo da educação básica, 2019. Brasília: INEP/MEC (Resumo técnico). Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/0/Notas+Estat%C3%ADsticas+-+Censo+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+2019/43bf4c5b-b478-4c5d-ae17-7d55ced4c37d?version=1.0> Acesso: 27 de agosto de 2020

_____ (2019). Censo da educação superior. Brasília: INEP/MEC (Resumo técnico). Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6769555 Acesso: 29 de agosto de 20.

CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global Ed. 1983

DIEESE (2014). **Transformações recentes no perfil do docente das escolas estaduais e municipais de educação básica: Uma análise a partir dos dados da Pnad**. Nota técnica 141. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec141DocentesPnadvf.pdf> Acesso em 31-8-20.

DOS SANTOS, Theotônio (1978). **Imperialismo y dependencia**. México: Ediciones Era.

FERNANDES, Florestan. O desafio educacional. RJ: Cortez. IN: OLIVEIRA, Marcos Marques de. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, editora Massangana, 2010.

LEHER, Roberto (2016). Conjuntura, luta de classes e educação. Entrevista concedida à Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 8, n. 1, p. 180-186, jun. 2016. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/17368/11687> Acesso em 31-8-20.

HOOKS, Bell (2013). **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

IBGE (2018). Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios PNAD contínua. Disponível em:

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf Acesso: 29 de agosto de 20

MARINI, Ruy Mauro (1974). Subdesarrollo y revolución. México: siglo XXI editores.

A Dialética da dependência. TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro (Org). Ruy Mauro Marini Vida e obra. SP: Expressão popular, 2005.

MARINI, Ruy Mauro e SPELLER, Paulo (1977). Universidade brasileira. IN: Revista de Educación Superior, nº22, México, Abril-Junho. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/pdf/053_universidade_brasileira.pdf Acesso 28-8-20.

MARX (2000). El capítulo VI inédito. México: Siglo XXI editores, 15ª. edición, 2000.

MOURA, Clóvis. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** São Paulo: Editora Dandara, 2021.

NASCIMENTO, Clara Martins do. Assistência Estudantil e Contrarreforma Universitária nos anos 2000. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11438>> Acesso em 03 de set. 2020

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. **Racismo e Luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente.** 1 ed.—São Paulo: HUCITEC, 2020.

TRASPADINI, Roberta (2016). **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas.** Belo Horizonte, UFMG/FAE. 338 p. Tese (Doutorado).

_____. **Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente.** *Rev. Direito Práxis.* [online]. 2018, vol.9, n.3, pp.1694-1713. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2179-89662018000301694&lng=es&nrm=iso&tlng=pt acesso em 04 de setembro de 2020.

PROMOÇÃO



APOIO

